

TRABALHO DOCENTE E SAÚDE MENTAL: OS EFEITOS DA POLÍTICA DE RESULTADOS NA EDUCAÇÃO

Ana Cristina de Sales¹
Maria Arleima Ferreira de Sousa²

RESUMO

O adoecimento mental de professores tem ganhado centralidade nos debates educacionais ao longo da segunda década do século XXI, fenômeno associado à precarização das condições de trabalho, à intensificação das tarefas pedagógicas e às pressões por desempenho derivadas do avanço da racionalidade neoliberal nas políticas públicas. A lógica concorrencial e a cultura dos resultados, ao promoverem a padronização dos processos de ensino e a responsabilização individual dos docentes, configuram um ambiente que fragiliza a autonomia profissional e exacerba a sobrecarga laboral. Inserido nesse contexto, o presente estudo analisa como tais políticas incidem sobre a saúde mental dos professores, adotando uma abordagem qualitativa sustentada na análise documental de reportagens de jornais e portais de conteúdos. O referencial teórico apoia-se em autores como Saviani (2008) e Libâneo (2012, 2016), cujas reflexões situam os efeitos do neoliberalismo no âmbito das políticas educacionais. Os resultados parciais apontam que a intensificação do trabalho, a limitação da autonomia curricular e a pressão por indicadores mensuráveis têm ampliado casos de ansiedade, depressão e burnout, ao passo que fatores como instabilidade profissional, competição interna, baixos salários e episódios de violência escolar aprofundam o quadro de adoecimento. Conclui-se que, sem políticas públicas voltadas à valorização do magistério e ao suporte estruturado para a saúde mental docente, persistirá o comprometimento da qualidade da educação e o enfraquecimento do projeto histórico de formação escolar democrática.

Palavras-chave: Trabalho docente, Neoliberalismo, Política de resultados, Adoecimento mental.

Introdução

O trabalho docente no Brasil tem atravessado transformações significativas ao longo das últimas décadas, resultado de um processo histórico em que se articulam reformas educacionais, mudanças nas relações de trabalho e a consolidação de políticas neoliberais. Desde o processo de redemocratização, nas últimas décadas do século XX, as reformas educacionais orientadas por organismos internacionais e pelo ideário

¹ Doutora em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará- UFC, Professora do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri; Professora assistente dos Departamentos de Ciências Biológicas e Letras da Universidade Regional do Cariri, Campus de Missão Velha; anasalesprof@gmail.com;

² Doutora em Educação da Universidade Estadual do Ceará – UECE, Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri; maria.arleilma@aluno.uece.br;



neoliberal passaram a redefinir os sentidos do trabalho na escola e a própria função social do professor. A promessa de modernização e eficiência, que marcou o discurso político-educacional dos anos 1990 em diante, introduziu no cotidiano escolar a lógica da competição, da responsabilização individual e da mensuração permanente dos resultados.

Esse movimento, que se intensifica na segunda década do século XXI, produz efeitos diretos sobre o cotidiano escolar e sobre a saúde mental dos educadores, submetidos a uma constante pressão por desempenho e adequação a padrões externos de produtividade. O adoecimento mental de professores, não é um fenômeno isolado ou meramente contemporâneo, mas a expressão de um processo mais amplo de precarização do trabalho docente. Sob o discurso da qualidade e da inovação, emergem práticas que acentuam o controle, a padronização e a perda de autonomia pedagógica.

A política de avaliação em larga escala é um exemplo dessa lógica, ao impor modelos uniformizados de ensino e transferir ao professor a responsabilidade pelos resultados escolares. Nessa perspectiva, as condições de trabalho dos professores tornaram-se cada vez mais marcadas por instabilidade, desvalorização e sobrecarga, conformando um quadro de desgaste físico e emocional. Dalila Andrade Oliveira (2015) analisa essa realidade como parte de um processo de flexibilização e intensificação do trabalho, em que o ideal de comprometimento docente é apropriado pelo discurso da eficiência.

Desse modo, o texto objetiva analisar como a lógica da competição, a mensuração de resultados e a reconfiguração do trabalho docente nos últimos anos têm alterado significativamente as condições de trabalho e intensificado as exigências impostas à prática pedagógica, contribuindo para o adoecimento mental dos professores.

Para alcançar esse objetivo, a metodologia será estruturada com base na análise qualitativa de três reportagens de portais de conteúdos jornalísticos, selecionadas por evidenciarem os impactos das políticas de mensuração e da intensificação do trabalho docente. As reportagens, publicadas pelo UOL (2025) e pelo O Globo (2025), foram analisadas por meio de uma leitura crítica orientada pelos pressupostos de Pinsk (2005) e Bacellar (2010), buscando identificar enquadramentos narrativos e representações acerca das condições de trabalho e do adoecimento mental dos professores. Os aportes teóricos de Libâneo (2012, 2016) e Saviani (2008) contribuem para compreender as políticas educacionais e seus impactos no cotidiano docente.

No contexto das transformações recentes da educação brasileira, as políticas educacionais que incidem sobre o adoecimento mental dos docentes estão vinculadas à



expansão do neoliberalismo na educação desde a década de 1990. Entre elas, destacam-se as políticas de avaliação em larga escala associadas à responsabilização, que convertem indicadores de desempenho em parâmetro central da ação pedagógica; as políticas de gestão escolar baseadas em metas, monitoramentos constantes e critérios de eficiência; e as reformas curriculares de caráter centralizador, que reduzem a autonomia docente ao impor competências e padrões uniformizados. Somam-se a essas medidas a precarização das condições de trabalho, marcada pela ampliação de contratos temporários e vínculos instáveis, os programas de formação continuada de perfil prescritivo e instrumental, bem como políticas de austeridade que resultam em cortes orçamentários, afetando infraestrutura, suporte psicossocial e equipes de apoio. Em conjunto, tais políticas reconfiguram o cotidiano escolar e intensificam a carga emocional e de trabalho dos professores, contribuindo para a emergência de quadros de ansiedade, depressão e burnout.

Caminhos investigativos

Ao mencionar as fontes empregadas na investigação, não se deve presumir a existência de contato direto com os sujeitos, com seus propósitos ou com as formas originais de suas enunciações. As fontes, como lembra Bacellar (2010), são sempre produzidas a partir de interesses e circunstâncias específicas. Por isso, tornam-se testemunhos situados, que exigem do pesquisador uma postura crítica diante dos critérios, escolhas e mediações envolvidas em sua elaboração. Pinski (2005) reforça essa compreensão ao destacar que as fontes constituem o material básico da escrita da história, sendo mobilizadas por meio de métodos, técnicas e abordagens diversas, conforme os problemas investigados. Nesse sentido, reconhecer as condições de produção, circulação e apropriação dos documentos é parte constitutiva do próprio processo investigativo.

Neste sentido, recorreu-se às reportagens jornalísticas com o objetivo de compreender como as ideias relacionadas ao adoecimento docente têm sido divulgadas e quais discursos são mobilizados pelos próprios professores nos espaços midiáticos. Foram analisados os seguintes veículos: O Globo (2025) e UOL (2025). A seleção do corpus ocorreu de forma intencional, considerando a pertinência das matérias ao problema de pesquisa e sua capacidade de evidenciar narrativas contemporâneas sobre saúde mental no magistério.



A análise permitiu observar que o tema do adoecimento mental de professores é amplamente difundido na mídia, circulando em jornais de grande alcance e também em blogs, portais de notícias e plataformas digitais. Tal constatação reforça a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a mediação exercida pelos meios de comunicação na construção de representações sociais acerca da docência. Como observa Sarlo (2007, p. 93), “quanto maior o peso dos meios de comunicação na construção do público, maior a influência que terão sobre as construções do passado”. A autora acrescenta ainda que jornais, televisão, vídeo e fotografia constituem dispositivos de memória que, pela força de sua presença cotidiana, podem se confundir com a experiência vivida. Assim, as narrativas midiáticas informam e participam da elaboração das lembranças sociais e individuais sobre determinados fenômenos, entre eles o adoecimento no trabalho docente.

Do mesmo modo, a temática é amplamente debatida no campo acadêmico, onde já se consolidou um conjunto expressivo de pesquisas desenvolvidas sobretudo nas áreas da Psicologia, Sociologia e Pedagogia. Esses estudos oferecem aportes analíticos fundamentais para compreender a complexidade do sofrimento psíquico docente, articulando dimensões estruturais, institucionais e subjetivas que atravessam a profissão. A articulação entre produção midiática e produção científica, portanto, constitui um caminho promissor para examinar como os discursos sobre o adoecimento de professores são construídos, legitimados e socialmente disseminados.

As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente

Nas últimas décadas, o sofrimento psíquico entre professores tem se consolidado como uma das principais problemáticas no âmbito educacional, revelando-se um fenômeno de natureza estrutural, profundamente relacionado às condições de trabalho e às exigências cada vez maiores impostas ao exercício da docência. Diversos estudos apontam que a sobrecarga laboral, associada à pressão por resultados, à precarização das relações de trabalho e à violência simbólica e física nas escolas, contribui de forma significativa para o adoecimento mental desses profissionais. Além disso, fatores como o assédio moral institucional, o conflito entre vida profissional e familiar e a ausência de suporte psicológico agravam esse quadro, culminando em altos índices de afastamentos, licenças médicas e abandono da carreira docente (Martins, 2025, p. 04).

O apontamento de Reginaldo Neves Martins (2025) evidencia que o sofrimento psíquico dos professores deixou de ser um problema isolado para se tornar uma questão estrutural no campo educacional. A sobrecarga de trabalho, a pressão por resultados e a precarização das relações laborais são elementos que vêm reorganizando o cotidiano



escolar e impactando diretamente a saúde dos docentes. A presença de violências simbólicas e, por vezes, físicas somada ao assédio moral institucional e à ausência de suporte adequado mostram um ambiente marcado por tensões constantes, que ultrapassam a dimensão pedagógica. Os efeitos desse processo aparecem nos afastamentos frequentes, nas licenças médicas e no abandono da profissão, indicando que o adoecimento docente está profundamente ligado às condições concretas de trabalho e às exigências impostas pela organização atual da educação.

Desse modo, as pressões instituídas por políticas voltadas ao controle e à padronização do ensino contribuem para limitar a autonomia pedagógica e intensificar a sensação de desgaste. José Carlos Libâneo (2012, 2016), pontua que nas últimas décadas, acirrou-se um instrumento fundamental de regulação social e econômica. No que tange as reformas educacionais nos países centrais têm sido orientadas pelas exigências da produção e do mercado, submetendo a escola a uma lógica de eficiência, produtividade e adequação às demandas do capitalismo global. Os organismos multilaterais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao projetarem políticas educacionais para os países periféricos, assumem o papel de mediadores do capital internacional, delineando diretrizes que visam à otimização dos sistemas escolares e à formação de sujeitos ajustados ao processo produtivo.

Segundo Libâneo (2016), a política educacional dos países pobres vem sendo orientada pelos interesses econômicos dos organismos internacionais, de modo que a escolarização se submeta às exigências da produção e do mercado. O propósito dessas orientações é promover uma educação voltada à intelectualização do trabalho, mas também à formação de consumidores, transformando a escola em espaço de reprodução das exigências do mercado. Ainda que recentemente tais organismos também se mostrem preocupados com a exclusão e a marginalização das populações pobres, essa preocupação não decorre de uma perspectiva humanitária, mas de uma razão econômica: a pobreza e a desigualdade constituem obstáculos à expansão dos capitais e ameaças à estabilidade dos países centrais.

Frigotto (1995, 2010) ressalta que o capital busca gerir a pobreza, e não superá-la, utilizando políticas compensatórias como forma de conter as tensões sociais e garantir a continuidade da acumulação. Nessa perspectiva, as reformas neoliberais no campo educacional impulsionadas por corporações e instituições financeiras internacionais consolidaram-se a partir da década de 1990, difundindo o ideário de que o mercado é o



princípio organizador da sociedade, capaz de promover eficiência, qualidade e competitividade. Esse discurso, segundo Saviani (2008), mascara as contradições sociais, pois propaga a crença de que a racionalidade empresarial seria capaz de solucionar os problemas estruturais da educação pública.

No Brasil, tais reformas se materializam em documentos oficiais, como o Plano Nacional de Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), que incorporam a linguagem da produtividade e da qualidade total, aproximando o discurso educacional da racionalidade gerencial e economicista (Libâneo, 2016). A partir da segunda metade do século XX, o país passou a adotar um modelo capitalista de educação fundamentado na Teoria do Capital Humano, segundo a qual o investimento em educação é condição para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, do desenvolvimento econômico (Schultz, 1973).

Essa perspectiva reduz a formação humana a um instrumento de rentabilidade e ignora o caráter social, político e emancipatório da educação. Como aponta Frigotto (1995), as políticas educacionais brasileiras passaram a reproduzir modelos preestabelecidos por organismos internacionais, desprovidos de referenciais humanistas e adaptados aos interesses do capital globalizado. Essa lógica cria a ilusão de que a qualificação técnica e a escolarização, por si só, seriam garantias de ascensão social e superação da pobreza, quando, na realidade, reforçam a subordinação do trabalho ao capital.

Desde a década de 1990, o Brasil vem implementando políticas econômicas e educacionais de ajuste estrutural, alinhadas às orientações do Banco Mundial e do FMI. Tais diretrizes enfatizam a modernização administrativa, a eficiência e a competitividade, promovendo a ideia de uma escola gerida como empresa.

O discurso da modernização educativa é acompanhado de noções como diversidade, produtividade, qualidade e inovação conceitos que, embora positivamente formulados, estão intrinsecamente ligados à adaptação das instituições educativas às exigências do mercado global e à reprodução das desigualdades sociais (Libâneo, 2016). Em síntese, as reformas educacionais no contexto neoliberal expressam o movimento de reconfiguração do capitalismo contemporâneo, no qual a educação é apropriada como estratégia de gestão da força de trabalho e de legitimação da ordem vigente.

Com base em Libâneo (2016), Frigotto (2010) e Saviani (2008), compreender essa lógica se faz necessário para resistir à mercantilização da educação e defender um



projeto pedagógico comprometido com a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Trabalho docente e adoecimento

O jornal O Globo, em sua edição de 25 de outubro de 2025, dá destaque à matéria intitulada: “Saúde dos professores: mais de 1,7 mil profissionais da rede estadual se afastaram por adoecimento mental em 2025”. O número expressivo apresentado na reportagem refere-se aos docentes da rede estadual do Tocantins. No caso da rede municipal de Palmas, o cenário também é preocupante: foram concedidas 769 licenças médicas a professores ao longo do ano.

Para exemplificar o caso, uma professora conta os motivos de seu afastamento:

Eu fiquei sem sentir a minha perna por um dia inteiro, eu fiquei cega por um dia inteiro, crise de ansiedade. O médico jurou que eu estava tendo um derrame. Eu passei várias vezes por um fio para ter um ataque cardíaco. Então assim, a situação que nós estamos vivendo é desesperadora (O Globo, 25/10/2025).

Segundo Tostes et al. (2018), a intensificação das tarefas e responsabilidades docentes figura entre as principais causas do sofrimento psíquico na categoria, especialmente diante da pressão crescente por produtividade e desempenho.

Uma das pautas do UOL, publicada em 14 de outubro de 2025, destaca o tema: “Saúde mental: o maior desafio para professores no Brasil”. Segundo os dados apresentados na reportagem:

Segundo o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, coordenado pelo Ministério Público do Trabalho, houve um aumento de 66% na concessão de benefícios previdenciários associados à saúde mental, acidentários e comuns para profissionais da educação infantil ao ensino médio entre 2023 e 2024.

Patrícia*, professora de biologia do estado de São Paulo e de ciências do município de São Carlos, faz parte dessa estatística. Ela retornou, neste ano, de seu quarto afastamento por saúde mental, em que se encontrava desde 2023. Desde maio, ela está em processo de readaptação e, por isso, trabalha na biblioteca da escola.

A professora com 28 anos de experiência considera um privilégio poder se recuperar adequadamente, mas ainda se sente “fracassada”. “Não é uma coisa que eu me orgulhe de fazer, muito menos que eu despreze. Mas, de certa forma, é frustrante pois me preparei tanto para ser uma boa professora e agora nem professora eu sou mais”.

Os dados divulgados pelo Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho evidenciam um crescimento significativo dos afastamentos por transtornos mentais entre



profissionais da educação básica, o que confirma a tendência já apontada por pesquisas nacionais nas últimas décadas. Esse aumento de 66% entre 2023 e 2024 não pode ser lido como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo mais amplo de deterioração das condições de trabalho docente. Estudos como os de Assunção e Oliveira (2019) já demonstravam que a intensificação do trabalho, a fragmentação das tarefas e a crescente responsabilização individual do professor favorecem o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e síndrome de burnout.

A reportagem de O Globo (25/10/2025) evidencia como as pressões institucionais e a intensificação das demandas administrativas repercutem diretamente na prática pedagógica. Um dos docentes entrevistados afirma:

Se a gente não tem um projeto de vida, porque a gente está ferido psicologicamente, a gente está passando por toda essa pressão, a gente não consegue atender o nosso alunado. Então, as aulas não vão ser tão boas, ela poderia ser melhor, mas com tanta burocracia de sistema, com tudo aquilo, você acaba não tendo tempo até para organizar uma boa aula, por exemplo. Então, isso impacta diretamente a aprendizagem dos alunos, com certeza (O Globo, 25/10/2025).

Esse relato sintetiza elementos centrais do processo de adoecimento: o acúmulo de tarefas burocráticas, a falta de tempo para planejamento pedagógico e o impacto direto dessas condições na qualidade do ensino. A matéria destaca ainda fatores agravantes mencionados pelos professores, como: violência verbal e desrespeito por parte da comunidade escolar; ausência de direito ao descanso; e impossibilidade de elaborar aulas adequadas devido à sobrecarga.

Na reportagem do UOL (14/10/2025), a professora Laura amplia essa percepção ao afirmar que “a instituição escolar está doente”. Seu depoimento evidencia a distância entre as exigências curriculares e as condições materiais das escolas:

“A instituição escolar está doente”, diz Laura. Ela conta se sentir desgastada pela exigência constante de métodos incompatíveis com os recursos disponíveis nas escolas. “Eu já tive aluna desmaiando de calor porque não tinha ar-condicionado na sala. “Cultura digital” é uma das competências dos Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. A minha escola não tem nem internet. Como é que eu vou aplicar isso? (Uol, 14/10/2025).

A fala ressalta o descompasso entre políticas educacionais orientadas pela inovação e a realidade vivenciada nas redes públicas, produzindo frustração, desgaste e sentimento de impotência profissional.



Ainda na mesma reportagem, o professor Siqueira aponta para o agravamento das condições de permanência docente devido às recentes mudanças nas regras de aposentadoria: “Não tem como ficar 40 anos trabalhando sem se arrebrantar. Eu não acredito que a minha saúde vá dar conta de chegar até lá.” Trata-se de um indicador da percepção de inviabilidade da carreira a longo prazo, reforçando o caráter estrutural do sofrimento psíquico.

Outro entrevistado, o professor Ferreira, destaca a ausência de políticas de apoio psicológico aos docentes: “A gente tem que entender a família e a criança, mas nós não somos entendidos. Esse é o maior desafio hoje, a saúde mental.” O depoimento explicita a assimetria entre as expectativas dirigidas ao trabalho docente e a falta de suporte institucional adequado.

De modo geral, as duas reportagens analisadas revelam um conjunto de tensões que atravessam o cotidiano escolar: precariedade de infraestrutura, intensificação do trabalho, desvalorização simbólica, aumento das responsabilidades sem suporte proporcional e políticas educacionais desalinhadas das condições reais das escolas.

Os resultados aqui apresentados reforçam a necessidade de análises mais aprofundadas e de políticas públicas que enfrentem os sintomas e, sobretudo, as causas estruturais que produzem e reproduzem o sofrimento psíquico entre professores.

Algumas considerações

O adoecimento mental de professores constitui um tema amplamente debatido em jornais, revistas científicas e trabalhos acadêmicos, evidenciando tanto a recorrência dos casos quanto a urgência de aprofundar o conhecimento sobre essa problemática. As pesquisas desenvolvidas nas áreas da Psicologia, Sociologia e Pedagogia convergem ao indicar que o sofrimento psíquico docente não é um evento isolado, mas um fenômeno complexo e multifacetado, diretamente relacionado a fatores estruturais, institucionais e subjetivos que atravessam o cotidiano escolar.

A literatura aponta que a sobrecarga de trabalho, a intensificação das demandas pedagógicas, a precarização das condições laborais, a violência simbólica e física, o assédio moral e a ausência de políticas efetivas de acolhimento configuram elementos centrais que fragilizam a saúde mental dos professores. Esses aspectos, quando articulados, contribuem para o aumento de quadros de estresse crônico, ansiedade, depressão e Síndrome de Burnout.



No presente artigo, a análise baseou-se em três matérias jornalísticas, o que, ainda que permita apreender tendências relevantes, revela a necessidade de investigações mais aprofundadas, especialmente no âmbito das discussões sobre a pedagogia dos resultados e os efeitos da lógica gerencialista no trabalho docente. Estudos futuros, portanto, devem ampliar o corpus e integrar referenciais que discutam a governança por indicadores, a performatividade e a responsabilização como dimensões que reconfiguram as práticas educativas e os modos de ser professor.

Em um contexto marcado por reformas educacionais orientadas por metas, rankings e mensurações, o grande desafio do sistema educacional permanece o de cumprir sua função social: formar sujeitos capazes de participar ativamente da vida social, política e cultural, de modo crítico e competente. Isso implica reconhecer que processos formativos emancipatórios não podem ser dissociados de condições dignas de trabalho e de políticas que assegurem o bem-estar físico e emocional dos profissionais da educação. Portanto, compreender e enfrentar o adoecimento docente é condição indispensável para pensar a qualidade social da educação e a efetivação dos múltiplos projetos de sociedade que atravessam a escola contemporânea.

Fontes consultadas

O Globo - “Saúde dos professores: mais de 1,7 mil profissionais da rede estadual se afastaram por adoecimento mental em 2025”.
<https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2025/10/25/saude-dos-professores-mais-de-17-mil-profissionais-da-rede-estadual-se-afastaram-por-adoecimento-mental-em-2025.ghtml> acessado em 01 de novembro de 2025.

Uol - “Saúde mental: o maior desafio para professores no Brasil”.
<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2025/10/14/saude-mental-o-maior-desafio-para-professores-no-brasil.htm> acessado em 01 de novembro de 2025.

Referências

Assunção, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed., 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2010.



FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILLI, Pablo. **Pedagogia da exclusão**. São Paulo: Vozes, 1995. p. 77-107.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político- práticas. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [37]:417-442, setembro/dezembro 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **In: Cadernos de Pesquisa** v.46 n.159 p.38-62 jan./mar. 2016.

MARTINS, Reginaldo Neves. Adoecimento mental entre professores no Brasil: uma revisão narrativa crítica sobre causas, consequências e possíveis intervenções. **Revista Missioneira**, Santo Ângelo, v. 27, n. 2, p. 3-10, 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, nº. 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, Campinas, n. 24, p. 7-16, junho 2008.

SCHULTZ, T. **Capital Humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde em debate**, v. 42, p. 87-99, 2018.

